

5. O imaginário marítimo e a memória coletiva portuguesa

“Fosse o meu destino o teu
Ó mar alto sem ter fundo
Viver bem perto do céu
Andar bem longe do mundo...”

(José Afonso, “Mar Alto”)

A imaginação medieval do homem europeu era uma complexa teia de lendas e de mitos inspirados pela conceção do inferno dantesco. O fantástico seduzia o homem. Como referimos no segundo capítulo, o homem medieval tinha pavor face ao oceano e este sentimento refletia-se na fantasmagoria das trevas do Atlântico, do abismo no horizonte e das monstruosidades aquáticas. No entanto esta visão não era partilhada por todos, sobretudo por aqueles que tiravam o seu alimento e rendimento do mar. É certo que naquela altura o oceano representava a morte. Por isso navegar era penetrar nos segredos do mundo. À medida que a Idade Média avança e que as informações sobre o oceano crescem, o medo transforma-se em curiosidade. Aliás, para os povos marítimos, o oceano não é tanto o lugar de morte mas o limite entre o conhecido e o desconhecido (Mattoso: 2009).

A vizinhança do mar contribuiu para a presença de elementos marítimos no lirismo medieval galaico-português. Nas barcarolas fala-se de embarcações e de regiões costeiras. A temática destas cantigas de amigo é marcada pela ausência do ser amado e pela esperança do regresso. Se bem que escritas por homens, as cantigas marcam as desventuras do sujeito poético feminino. A saudade promove um diálogo no qual a amada confia as suas aflições ao mar. O *Cancioneiro Geral* (1516), compilado por Garcia de Resende, contém já temas de carácter popular que confirmam a tendência portuguesa para a melancolia através de alusões à orla marítima. Numa outra compilação, editada por José Joaquim Nunes (1926-1928) figura uma das cantigas de amigo mais célebres, a cantiga às ondas do mar de Vigo de Martim Codax:

“Ondas do mar de Vigo,
se vistes meu amigo!
E ai Deus, se verrá cedo!

Ondas do mar levado,
se vistes meu amado!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amigo,
o por que eu sospiro!
E ai Deus, se verrá cedo!

Se vistes meu amado,
por que hei gran cuidado!
E ai Deus, se verrá cedo!”

As cantigas de amigo apresentam também uma visão positiva do oceano pois é do mar que, muitas vezes, o amado chega. Numa outra cançoneta, citada por Mattoso (2009: 231), Martim Codax canta já não a saudade e a preocupação com o amado, mas a alegria de se banhar nas ondas. Aqui a simbólica trovadoresca do mar manifesta prazer e alegria corporal.

“Quantas sabemos amar, amigo,
Treides comig’a lo mar de Vigo,
E banhar-nos emos nas ondas.”

À imagem do mar, o amor pode ser perigoso, mas só aqueles que nele se aventuram conhecem os prazeres fecundos. O mar, como o amor, exerce uma atração irresistível. O mar sempre representou no litoral o ganha-pão para os pescadores, o lucro para os mercadores e o símbolo do amor total para os poetas. Apesar das técnicas de navegação rudimentares, o oceano representava um rendimento abundante, o que certamente influenciou no imaginário do povo do litoral.

Durante os Descobrimentos o mundo lusitano tornou-se uma verdadeira epopeia com navegadores, missionários, piratas e aventureiros que reinavam em tronos indígenas. Nesta época, cresceu e consolidou-se o bem-estar, voltou-se a praticar a música e a poesia – artes um pouco esquecidas em Portugal durante quase um século – e desenvolveram-se, por conseguinte, as manifestações artísticas e culturais. D. João II acolhia nos seus paços poetas e artistas e promovia festas mundanas. A produção de poesia aumentou neste ambiente palaciano povoado de nobres, cavaleiros e damas. A sociedade portuguesa, a partir do século XV, tornou-se numa autêntica *comédie humaine*, heroica e prometeica por insuflar a sapiência renascentista. A repercussão da expansão ultramarina sobre a literatura torna-se efetiva neste século e preponderante no século seguinte. A aliança da História e da emoção deram o seu fruto.

Ao invés do místico medieval, o artista renascentista volta-se agora para a vida terrena. O entusiasmo intelectual humanista subverte a cultura mediévia em relação ao transcendentalismo. É realçada a vida social. Gil Vicente, por exemplo, foi mestre na apreciação dos fenómenos humanos e na imitação caricatural das pessoas. Em relação à temática marítima, surgem neste contexto clichés literários como o navegador (do marujo cobarde ao heroico

comandante), as damas (que ficam e traem, geralmente, os maridos), os nobres (inúteis e vaidosos) os padres (missionários ou simples frades), os reis (que vencem gloriosamente)¹.

Os artistas quinhentistas ilustram lindamente esta miríade cultural através de uma sensibilidade riquíssima do social e da recriação do natural. Os reis velam pela produção cultural ordenando traduções e a cultura progride nos mosteiros e nos conventos. Só no século XV – século do nascimento da imprensa – foram publicados cerca de 1904 títulos (Macedo: 1979, 50): livros de doutrina, livros de moral e de Direito canónico, Direito civil, literatura, biografias, hagiografias, orações fúnebres, livros de filosofia e de teologia, de astronomia e de matemática, de medicina, livros relativos às artes e às técnicas e relatórios de viagem.

O mito oceânico do mar tenebroso foi sendo gradualmente derrubado. A realidade sobrepõe-se à fantasia. A historiografia quinhentista provém diretamente dos Descobrimentos. A tomada de consciência da importância dos feitos lusitanos cria os alicerces da poesia épica do século seguinte. Os grandes navegadores, homens de génio e de coragem que desvendam os segredos do Atlântico, são profundamente admirados pelos seus contemporâneos e a literatura não tarda a fixar o perfil destes heróis. Observamos, assim, a passagem do “imaginário do Atlântico ao Atlântico imaginado” (Fonseca, 1993). Por outras palavras, os Descobrimentos ilustram uma união entre o imaginário da tradição e do passado e a técnica moderna. Segundo Paulo Lopes (2006: 182), “os mareantes lusos (e todos os outros europeus) não venceram o medo, antes fizeram algo bem mais ousado: aprenderam a viver com ele, dando origem a uma original coexistência”.

A partir do *Cancioneiro Geral*, a arte poética ultrapassa o trovadorismo medieval e alcança uma desenvoltura na técnica e no vocabulário, acusando o gosto pela estética clássica e pela mitologia greco-latina, alicerces da poesia épica. Garcia de Resende refere, muito sobriamente, no seu prefácio, o início da epopeia marítima portuguesa, mas exprime claramente o voto de, em breve, encontrar aquele que saberá inscrever na memória coletiva os feitos lusos. Foi neste momento, entre as glórias passadas e um presente heroico, que surgiram poetas e escritores como Gil Vicente, Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro (estes três escritores colaboraram no *Cancioneiro*), Fernão Lopes, Damião de Góis, Luís de Camões, etc. A lista dos grandes autores renascentistas seria extensa, mesmo circunscrita aos melhores.

Foi com *Os Lusíadas* que o elemento marítimo, com os símbolos que evoca, entrou definitivamente no panteão dos emblemas nacionais. Nesta obra comparecem os deuses greco-romanos que representam o mar (Tétis e Oceano, Anfitrite e Neptuno, Nereu e as Nereidas) e emergem novas ninfas: as Tágides (as ninfas do Tejo). Para Camões, o mar é um elemento feminino. Notemos que em latim vulgar, em português arcaico e em algumas línguas românicas o vocábulo “mar” é feminino. O mar, quando associado ao elemento feminino, permite a metáfora da sua conquista pelo elemento masculino. Na simbólica camonianiana, o povo lusitano – masculino – desbrava o mar virgem – feminino. Por seu turno o mar, como elemento feminino, envolve e protege os nautas portugueses numa atitude materna. O imaginário insular é também ele evocado no episódio da Ilha dos Amores (Canto IX), lembrando a simbologia da Ilha dos Afortunados. O Gigante Adamastor é, sem dúvida, o

¹ É de salientar que as atividades oceânicas só se refletiram muito tenuemente no teatro de Gil Vicente. Este era mais propenso a expor as fragilidades humanas e os ridículos da sociedade que rodeava os navegantes.

marco imaginário da navegação portuguesa e simboliza a vitória humana sobre a natureza. Para Camões, os portugueses superam a natureza sem a ajuda divina, mostrando-se mestres do seu próprio destino. Porém o preço a pagar é tristeza e morte. Um episódio simbólico na cultura lusa é o da partida das caravelas do Restelo que define a amargura dos que ficam:

“Qual em cabelo: Ó doce e amado esposo,
Sem quem não quis Amor que viver possa,
Porque is aventurar ao mar iroso,
Essa vida que á minha e não vossa?
Como, por um caminho duvidoso,
Vos esquece a afeição tão doce nossa?
Nosso amor, nosso vão contentamento,
Quereis que com as velas leve o vento?”

(Luís de Camões, *Os Lusíadas*, Canto IV)

Camões eleva os argonautas portugueses ao mundo divino, pois a glória dos feitos lusitanos sublimam os da Antiguidade clássica. Herdeiros da tradição greco-romana, os portugueses são, no discurso camoniano, mais *valerosos* porque foram *assinalados* não pelos deuses do Olimpo, mas pelo Deus cristão – elemento muito importante naquela época (Sena, 2009: 2507).

O imaginário marítimo luso desenvolve-se no ambiente renascentista numa época em que a cultura clássica põe em relevo a posição do homem face à natureza e aos deuses. Este tipo de imaginação, de cariz antropocêntrico, realça e estimula ilusões e criações pagãs, como podemos observar não só na literatura mas também nas construções arquitetónicas manuelinas ou no iluminismo. Outra razão para o estímulo da imaginação renascentista é a passagem da “honra” do cavaleiro medieval para a “glória” das letras². Pode-se, por isso, constatar uma evolução dos valores culturais onde a mitologia conquista a alegoria. Com efeito se a alegoria cristã concretizava conceitos abstratos como a virtude ou os vícios, o regresso à mitologia clássica punha agora em evidência o entusiasmo pela natureza, repovoando os mares com sereias, monstros e deuses.

O crepúsculo dos empreendimentos marítimos é marcado pela morte de D. Sebastião, o *Desejado*, em 1578. Começou então um capítulo trágico da História de Portugal. O reino ficou sem rei. A miséria do povo era grande depois de dois séculos de sangria. Muitos acreditaram que o rei ainda vivia e que um dia regressaria, já que ninguém o vira morrer. Nasceu, portanto, uma superstição coletiva no possível regresso do jovem monarca. Com o desaparecimento de D. Sebastião, o país caiu nas mãos dos espanhóis e os portugueses entraram numa fase de depressão política e moral. Neste contexto, o sebastianismo fortalecia os ânimos e gerava a esperança na vinda de um rei forte, o Duque de Bragança, que libertasse o país do domínio estrangeiro. O sebastianismo, como fenómeno social, é revelador a vários níveis. Por um lado, a morte incerta acalmou a indignação popular, pois criou o sentimento de haver sempre uma esperança. Por outro lado, verificamos que o carácter nacional do sebastianismo permitiu que em épocas de sofrimento o povo acreditasse que alguém sairia do nevoeiro para o salvar. É, aliás, um lugar-comum na linguagem portuguesa fazer referência

² Este aspeto é realçado por Silvério Augusto Benedito na sua introdução a Sá de Miranda, *Poesia e Teatro* (2005), p. 23.

ao “rei que há-de voltar numa manhã de nevoeiro”. O messianismo salvador ganhou relevo nas profecias de Bandarra. Mas foi António Vieira que melhor incarnou o protesto coletivo.

O regresso ao sebastianismo é observável também no século XIX, pois se o mar dava uma possibilidade de fuga ao povo, também a deu à família real num momento crucial da história portuguesa: quando a casa real fugiu para o Brasil durante a invasão napoleónica. Um folheto dessa altura (1815) explica que D. Sebastião teria fugido de Alcácer-Quibir e procurado refúgio na Ilha Encoberta ou de São Brandão (Nascimento: 1998: 64-65).

Como verificámos através do excerto precedente de *Os Lusíadas*, o português sente-se abandonado por quem parte e vive na vã esperança de um impossível regresso: “...Da ilha encoberta onde está el-rei D. Sebastião, que não morreu e que há-de vir um dia de névoa muito cerrada... Que ele não morreu...” (Garrett, 1843: 55). Para os românticos, o sebastianismo não é propriamente a crença no regresso impossível do rei mas a esperança de uma segunda renascença portuguesa, de uma ressurreição da pátria, depois de séculos de decadência. Garrett, como mais tarde Pessoa no século XX, sentiu a necessidade de salvaguardar na memória coletiva a lembrança do passado glorioso para não desesperar de um futuro incerto. O destino de Portugal é a busca eterna de si mesmo. “Ser português no universo da pátria simbólica é ser um daqueles que espera pelo despertar de D. Sebastião – o histórico e o metafísico.” (Franclin, 2009: 16). É essa a essência da percepção mítica de Portugal. Este movimento místico-secular está ainda presente na *Mensagem* de Fernando Pessoa, “Nevoeiro”:

“Tudo é incerto e derradeiro.
Tudo é disperso, nada é inteiro.
Ó Portugal, hoje és nevoeiro...”

Notemos que o messianismo, como expressão da vontade de Deus, está inscrito na história e na cultura portuguesas desde a independência do condado portugalense. O milagre contínuo desde a resistência aos espanhóis até ao descobrimento do mundo produziu o sentimento profundo de “fragilidade nacional” (Lourenço, 1999: 12) nos discursos místicos. Esta relação com o deus cristão – inscrita desde Ourique, onde Cristo se revela a D. Afonso Henriques, até ao milagre de Fátima – subdetermina o fio condutor do imaginário lusitano. Portanto, na perspetiva mitológica e no contexto sagrado, transparece a noção de “destino português” (*Ibid.*, 13), noção ainda realçada no salazarismo com a utilização do simbólico da saudade, do sebastianismo e do Oriente³.

Gilbert Durand, com o seu interesse particular pelo imaginário luso⁴, ilustra as cristalizações do mito português na lenda e na arte e propõe preciosas orientações para uma sociologia do imaginário nacional. Com ele, aprendemos a abordar a saga dos Descobrimentos sob o perímetro do imaginário, como um forro lendário da história do país que se une ao maravilhoso europeu. As descobertas, o heroísmo, o guerreiro/santo, os milagres, o eternamente esperado regresso do rei perdido, são *mitemas*⁵ cuja importância para a identi-

³ Veja-se, neste sentido, Moisés de Lemos Martins (1996) *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento.

⁴ Gilbert Durand (2008) *Portugal: Tesouro Oculto da Europa*. Lisboa: Ésquilo.

⁵ Os “mitemas” são, para Durand, as narrativas subjacentes à produção cultural (literária, obras de arte ou artefactos). Estas “pequenas unidades significativas da narrativa” (2008: 66), que estruturam o mito, são contadas e recontadas e, por isso, perduram no tempo e inserem-se como expressões figurativas na inconsciência.

dade portuguesa é indiscutível. Uma análise, mesmo breve, do imaginário marítimo do país, permite-nos ver “claramente visto” a convivência do povo luso com a epopeia mítica helénica e com a lenda arturiana céltico-cristã.

O fabuloso cavaleiresco está intrinsecamente ligado às conquistas e oferece a possibilidade de uma “*mitoanálise* da alma portuguesa” (Durand, 2008: 20) sendo possível distinguir, numa primeira fase, certos mitos universais que acompanham a história de Portugal numa persistente redundância. Numa segunda fase, é também possível apreender as preferências narrativas que constroem a identidade sociocultural. A mitoanálise é, para o antropólogo, a ordenação e análise dos mitemas dominantes que dão sentido ao mito. Estes “nódulos significativos” (*Ibid.*: 39) representam uma sociedade ou uma época.

Durand propõe, no seu livro sobre o imaginário medieval português, uma divisão do *corpus* lendário cavaleiresco em cinco grandes mitemas: “o monstro e o santo combate”, “o mensageiro do absolutamente diferente”, “a peregrinação”, “o gémeo e a alma irmã” e “o vigilante escondido”. O mitema da luta do santo contra o monstro é edificado sobre os alicerces da filosofia dualista, da luta do bem contra o mal. Se os primeiros inimigos dos santos cavaleiros foram os dragões, os segundos foram os mouros. O segundo mitema faz referência aos fundadores que vêm de algures exteriores à pátria, como por exemplo São Vicente. No mitema da peregrinação transparece a ideia de uma errância em que a aventura do cavaleiro se confunde com a peregrinação religiosa. O tema mitológico da alma gémea do herói refere-se à princesa libertadora, sujeito e objeto de um amor impossível. Em Portugal, a lenda especialmente estruturada por este mitema é a dos amores de D. Pedro e Dona Inês. Por fim, o quinto mitema está diretamente ligado à ideia do rei oculto, adormecido. Encontramos o mesmo encadeamento de representações nas lendas e nas hagiografias.

Adicionado ao mito cavaleiresco e ao espírito de cruzada, Durand analisa no contexto nacional o “mitema do rei escondido” e o “mitema da reconquista do túmulo vazio” em particular. O “rei escondido”, a história de D. Sebastião, evoca a lenda do rei Artur que mortalmente ferido fora levado para a ilha de *Avalon* aos cuidados de *Morgana*. O imaginário do “rei escondido” está ainda presente na lenda do Preste João, tão importante nas conquistas portuguesas. Este mitema converge com o mito do eterno retorno (analisado originalmente por Mircea Eliade em 1949) no sentido em que a História se repete e, por isso, ressurgem os mesmos arquétipos do imaginário. O mitema da “reconquista do túmulo vazio” faz alusão não só ao túmulo de Jesus, mas também ao mito do Graal. A demanda do reino do Preste João assemelha-se assim à busca do Graal, uma demanda impossível. Este grupo de mitos formam, ensina-nos Durand, o grande mito da Idade de Ouro no qual há sempre uma realeza passada e perdida, um rei escondido no paraíso terrestre (ou Ilhas Afortunadas) e um regresso. Notemos que os mitemas do “rei escondido” (Preste João) e das “Ilhas Afortunadas” são predominantes no imaginário português renascentista e a estes se vem adicionar, mais tarde, a morte de D. Sebastião, concretizando o mito da Idade de Ouro. A *Mensagem* de Fernando Pessoa está impregnada deste imaginário, sobretudo do da saudade do passado (mito do eterno retorno) e da esperança no regresso (mitema do rei escondido). Esta permanente convergência de circunstâncias lendárias e históricas é particularmente importante na memória coletiva e na construção cultural da identidade portuguesa.

“A unidade das obras lusitanas, aliada à longa perenidade nacional, arrasta os acontecimentos para o reino da lenda, onde envelhecem como um bom vinho no fundo das caves do tempo. Graças a este ‘privilégio’, a história e todas as suas probabilidades fecundam-se no Portugal dos mitos imemoriais.” (Durand, 2008: 135)

Desde os finais do século XVI, é possível, todavia, constatar uma certa desmistificação do cavaleiresco heroico. Um exemplo é a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. O mar é desde o início desta obra uma saída, uma evasão. Contrariamente ao elogio dos Descobrimentos, o autor fala dele próprio como “o pobre de mim”. Esta atitude do “pobre de mim” continua ainda hoje presente na mentalidade portuguesa como se pode observar no seguinte poema:

“Toda a vida num mar azul
E praias de areia branca
Que meus olhos veem morrer
Numa espuma sem cor

Foi toda a minha alma
Foi toda a fantasia...
Hoje é só saudade
Duma vida que não vivia.”⁶

Como Eduardo Lourenço constata (Lourenço, 1999), Portugal afogou-se em si mesmo e tem saudades de si próprio como um velho marinheiro. A identidade imaginária portuguesa – relegada a um passado mítico – pode resumir-se à ausência de si próprio numa angústia protegida por um xaile negro.

“Nesta saudade sem fim
Choro saudades de mim
Sou mulher mas fui pequena.

Também brinquei e corri
Mas quem sabe se sofri
Se é de mim que tenho pena”⁷

O uso poético da palavra “saudade”, de tradição literária tenaz, é um excelente exemplo da perenidade das imagens marítimas na memória e consciência coletivas do povo português. O “mito da saudade” (Lourenço) acompanha o imaginário do mar numa constante “ressignificação” das representações. A primeira expressão de saudade apareceu com as cantigas de amigo, daí Eduardo Lourenço considerar que “antes de ser pensada, a saudade foi cantada” (1999: 92). Amigo ausente e ondas do mar são os termos da equação que resulta neste sentimento que parece ser “modulado pelo ritmo universal do mar” (*Ibid.*). Podemos mesmo afirmar que a alma portuguesa se revela na palavra-chave “saudade”. A sua essência é a musa por excelência da poesia nacional. A “saudade pensada” é usada pela primeira vez no *Leal Conselheiro* do rei D. Duarte, o *Eloquente*. A ambiguidade e a intangibilidade do conceito aparecem, por conseguinte, no despontar do século XV: para o Rei-Filósofo este sentimento tanto pode ser fonte de prazer como de tristeza.

⁶ Fernando Correia Campos (2010) *Poemas, Poentes, Mar, Saudade*. Porto: Fronteira do Caos Editores, 40.

⁷ Vaz Fernandes/Frederico Valério (1956) “*A minha canção é saudade*” (cantada por Amália Rodrigues).

Uma das primeiras composições poéticas sobre o tema-mito foi composta por Bernardim Ribeiro na sua obra *Menina e Moça*. Esta novela sentimental descreve a vida da “menina e moça” que se oculta numa serra. Uma angústia profunda erra na sua alma devido à saudade do namorado ausente. Toda a obra resplandece de alusões à amargura causada por tal perda. Cabe porém a D. Francisco Manuel de Melo um dos mais felizes sentidos do conceito⁸:

“Floresce entre os portugueses a saudade por duas causas, mais certas em nós que em outra gente do mundo; porque de ambas essas causas tem seu princípio. Amor e ausência são os pays da saudade; e como nosso natural he, entre as mais nações, conhecido por amoroso, e nossas dilatadas viagens ocasionão as maiores ausências; de ahi vem, que donde se acha muito amor e ausência larga, as saudades sejam mais certas, e esta foy sem falta a razão porque entre nós habitassem, como em seu natural centro [...]. He a saudade huma mimosa paixão da alma, e por isso tão sutil, que equivocamente se experimenta, deixando-nos indistinta a dor da satisfação. He hum mal que se esgota e hum bem que se padece.”

Mas se a saudade foi erigida em mito nacional no Renascimento, é ao Romantismo que devemos a imagem sublime e sublimada de tal sentimento. O capítulo intitulado “Saudade” em *Eurico, o Presbítero* (1844) de Alexandre Herculano é um clássico de excecional relevo pela sua beleza solene.

“É assim que eu te vejo em meus sonhos de noites de atroz saudade: mas, em sonhos, ou desenhada no vapor do crepúsculo, tu não és para mim mais do que uma imagem celestial; uma recordação indecifrável; um consolo e ao mesmo tempo um martírio.”

A saudade é um sentimento que bem se coaduna com o estilo romântico dominado pela melancolia. A dor e a angústia, o sofrimento infindável, o sombrio e a lua, todos estes aspetos característicos do romantismo se integram perfeitamente no tema da saudade. O sensível parece acolher de braços abertos as lágrimas de saudades. A presença deste sentimento na literatura portuguesa foi já bastante analisado e não é objeto do presente estudo fazer um resumo deste tópico que nos afastaria do nosso tema central. Notemos porém, já no período saudosista, o elo entre o mar e a saudade inscrito no “Marinheiro” de Fernando Pessoa (1913) pela sua expressão de ambiguidade total: o ter saudades daquilo que nunca se passou. “Só o mar das outras terras é que é belo. Aquele que nós vemos dá-nos sempre saudades daquele que não veremos nunca” (Pessoa: 1986, volume III: 10). Neste drama estático, o sentir confunde-se com o pensar, confusão tão típica do desassossego pessoano, numa busca de um Eu através do sonho. Este Eu sonhado é um marinheiro apenas existente no sonho de uma veladora que “conhece palavras que as sereias lhe ensinaram” (*Ibid.*: 16). O marujo imaginado naufragou numa ilha longínqua e as saudades da pátria fizeram-no imaginar um outro Eu, numa outra pátria, levando-se a esquecer por completo a sua vida passada. A veladora e o marinheiro transformam-se num só e existem apenas na história que ela conta às suas companheiras enquanto velam um morto. A simbologia transcendental do mar/morte/memória são temas-chave deste drama expondo a fatal ambiguidade do

⁸ D. Francisco Manuel de Melo, «Descobrimento da Ilha da Madeira. Anno 1420. Epanaphora amorosa terceira», *Epanáforas de vária história portuguesa*, 3ª. ed., revista e anotada por Edgar Prestage, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 224.

existir. Toda a simbologia pessoana reflete o desengano existencial. O mar é, neste sentido, uma via de escape do real na busca do Eu profundo e uma porta aberta para o sonho, para um mistério mergulhado no vago e no místico. Resumindo, a nostalgia de um impossível, pura essência da saudade – e do saudosismo –, é a “esperança desesperada” (Durand, 2008: 27), cujo primeiro episódio da História de Portugal é o amor impossível de Dona Inês e D. Pedro e o auge é o desaparecimento de D. Sebastião.

Um poema exemplar dos ideais patrióticos que moviam os intelectuais saudosistas e que faz alusão à orla marítima é “O poeta e a nau” de Augusto Casimiro, publicado na revista *A Águia* em 1912.

“Vai errante, no Mar, uma nau sem governo...
O oceano é chão, o céu azul fundindo em aço...
As velas mortas... Nem sequer vento galerno
As vem inchar para dormir no seu regaço!...

Sobre o antigo convés pesa um velho cansaço,
E ou destino fatal ou maldição do inferno,
O mastro grande em vão aponta para o espaço...
– Sobre as ondas a nau é um cárcere eterno!

Dominando em redor, lá na gávea mais alta,
Um marujo, a cantar, fala do Além, e exalta
Um passado esplendor sobre a nau sepulcral...

“Porque o vento há-de vir aninhar-se nas velas!”
“Porque a nau voará, – tocará nas estrelas!...”
– O marujo é Poeta – e a nau... Portugal!”

Evoquemos também a belíssima análise que faz Bachelard da “imaginação dinâmica” ligada às “águas violentas”. As expressões artísticas relativas ao mar descrevem bravura e coragem, saudade e sofrimento, o poder dos homens face à cólera dos oceanos, os sonhos que se tornam realidade ou que, pelo contrário, se transformam em pesadelos e a nostalgia da grandiosidade do passado. Tudo isto são aspetos marcantes da cultura portuguesa que ainda hoje perduram na consciência coletiva. A imagem do Infante D. Henrique observando o horizonte é profundamente reveladora da constituição do imaginário marítimo luso. Seguindo o encadeamento de imagens proposto por Bachelard (1942: 190), o navegador imagina dinamicamente a sua próxima viagem (se bem que, tanto quanto se saiba, o Infante nunca tenha viajado nos oceanos) e sente orgulho quando sonha com as próximas façanhas. O seu pensamento é uma “provocação imaginada”⁹ porque provoca o mar e o destino. É este o “feito sonhado pela vontade que é cantado pelos poetas das águas violentas”. Por isso, as águas do Atlântico inspiram um esquema imaginativo de coragem. Esta associação de símbolos está claramente inscrita no Padrão dos Descobrimentos em Lisboa. Augusto Casimiro revela-se um autêntico “poeta das águas violentas” no seu poema “A primeira nau”¹⁰:

“E ao longe, ao longe passa
Como um fantasma de epopeia e bruma,
Uma nau, velas feitas à ventura...

⁹ “Une provocation imagée”.

¹⁰ Augusto Casimiro (1912) “A primeira nau”, *A Águia*, p.125.

— É a primeira que parte, —
Curiosa a sulcar um caminho de espuma,
Noiva do Mar rojando o véu de névea alvura.

— É a primeira que parte, —
- Idade nova, a dilatar o Mundo,
Curiosa do Além, sonhadora insaciável,
A dar-se ao Mar, a dar-se à treva do Mar fundo...

Na proa, a flamejar, coração vagabundo,
Um braço avança num arranque indominável,
Uma ânsia infinita e ardente a apontar!...
E as ondas abrem o regaço espumejante,
E a nau avança pelo Mar adiante,
— Vitória alada percorrendo todo o Mar!..."

A vontade de controlar o mar é um desejo infantil. Como os navegadores, a criança, na praia, enfrenta o poder do mar: corre atrás das ondas, afugentando-as, e foge à frente delas, zombando-as. Sonha que comanda o oceano e imagina que vence as vagas.

"O destino da vontade de Poder é, na realidade, sonhar o Poder para além do poder genuíno. Sem esta dimensão de sonho, o desejo de poder permaneceria impotente. É através desses sonhos que o desejo de poder se torna mais agressivo. Assim, aquele que deseja ser um super-homem tem, naturalmente, os mesmos sonhos de uma criança que deseja ser um adulto. Dominar o mar é um sonho sobre-humano: é, simultaneamente, uma vontade genial e um desejo infantil." (Bachelard: 202).¹¹

O mar inspira um imaginário dinâmico, ou seja, "a imaginação de um movimento corajoso" (*Ibid.*: 190). E a um medo ultrapassado corresponde sempre um grande orgulho. Mais do que ninguém, o navegador pode dizer face ao mar: o mundo é a minha vontade. A coragem humana tem de se medir com o poder da natureza. Seguindo este raciocínio, o Homem, consciente da sua força sobre-humana, eleva-se ao nível de Posídon: enfrenta e vence. A conclusão é clara: tão presente como o tema da saudade no imaginário português é o sentimento de uma grandiosidade passada e a imaginação dinâmica da coragem. A confrontação com os elementos eleva o Homem a um patamar superior. Estes aspetos alimentam as poesias épicas sobre viagens no mar.

Notemos que o saudosismo e o sebastianismo são fortemente criticados por alguns intelectuais. Um dos principais exemplos é o "Ultimato futurista às gerações portuguesas do século XX" de Almada Negreiros, no qual ele ridiculiza, entre outras coisas, a tendência melancólica da raça lusa.

As expressões do subjetivismo lírico das almas atlânticas não relatam, todavia, somente exaltação e nostalgia do passado. Outros temas recorrentes são o êxtase arrebatada que valoriza a beleza do elemento marinho, a contemplação do ritmo e do som das

¹¹ "Le destin de la volonté de puissance est, en effet, de rêver la puissance au-delà du pouvoir effectif. Sans cette frange de rêve, la volonté de puissance serait impuissante. C'est par ces rêves que la volonté de puissance est la plus offensive. Dès lors, celui qui veut être un surhomme retrouve tout naturellement les mêmes rêves que l'enfant qui voudrait être un homme. Commander à la mer est un rêve surhumain. C'est à la fois une volonté de génie et une volonté d'enfant."

ondas, como se as vagas dançassem apenas para aquele que as aprecia. Estes elementos da (in)consciência coletiva formam o arquétipo marítimo que envolve comportamentos e formas de vida.

“Onda que, enrolada, tornas,
Pequena, ao mar que te trouxe
E ao recuar te transtornas
Como se o mar nada fosse.

Por que é que levas contigo
Só a tua cessação,
E, ao voltar ao mar antigo,
Não levas meu coração?”

(Fernando Pessoa, “Fresta”)

Sophia de Mello Breyner Andresen exprime também este sentimento de que o mar vive e dança só para ela:

“As ondas quebravam uma a uma
Eu estava só com a areia e com a espuma
Do mar que cantava só para mim.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen, 2008: 27)

A poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen merece alguma atenção devido à simbologia que o mar adquire na sua obra. O mar é uma representação líquida da identidade portuguesa. Se para alguns o mar reflete o poder do império, para a poetisa converte-se em matéria-prima estética. A poesia desta autora é líquida “porque incorporada na fluidez da memória”¹² desde a Grécia Antiga até às colinas de Lisboa. Nela o mar é um espaço sagrado, fonte de um imaginário deslumbrado que funciona como um catalisador da existência e o leitor sente o mar-memória sem a angústia da morte. Sendo lugar de criação e de extinção, o mar desperta o sentimento transcendental do renascer. O mar é memória uterina, essência da sua profundidade.

“Um dia serei eu o mar e a areia,
A tudo quanto existe me hei-de unir,
E o meu sangue arrasta em cada veia
Esse abraço que um dia se há-de abrir.”

(Sophia de Mello Breyner Andresen, “Em todos os jardins”)

Nos anos oitenta do século XX, assistiu-se em Portugal a uma reemergência do tema das grandes navegações na cantiga popular (Vitorino, Fausto, José Afonso), abordando os temas-chave de predileção: a pirataria, os abismos oceânicos e a queda do império. O eterno retorno é proporcionado pelo mar cíclico da saudade.

¹² Maria Teresa Ferreira, “Sophia de Mello Breyner. Figurações do princípio: de ‘Igrina’ a ‘Ítaca’” (GIL: 2007, 124).

“Perguntei ao vento
 Onde foi encontrar
 Mago sopro encanto
 Nau da vela em cruz
 Foi nas ondas do mar
 Do mundo inteiro
 Terras da perdição
 Parco império mil almas
 Por pau de canela e mazagão.”¹³

Em termos literários, esta década vê igualmente um aumento da publicação de romances ligados ao tema marítimo renascentista como *As Naus* de António Lobo Antunes (1988) ou *A Costa dos Murmúrios* de Lília Jorge (1988). O primeiro desmitifica a época dos Descobrimentos e põe em evidência a derrocada de um império ao relatar o drama dos retornados. No segundo, a ação decorre em Moçambique no fim da guerra colonial. Todo o livro está impregnado de um profundo antimilitarismo e de um humanismo sensível e colorido. Notemos o facto de os artistas dos anos oitenta serem pessoas que viveram a ditadura e a censura. Os seus escritos refletem um projeto de emancipação aberto à plenitude da modernidade apenas possível depois do 25 de Abril. José Mário Branco exprime esta vontade de renascer:

“E se inventássemos o mar de volta, e se inventássemos partir, para regressar. Partir e aí nessa viagem ressuscitar da morte às arrecuas que me deste. Partida para ganhar, partida de acordar, abrir os olhos, numa ânsia coletiva de tudo fecundar, terra, mar, mãe... Lembrar como o mar nos ensinava a sonhar alto, lembrar nota a nota o canto das sereias [...] Assim te quero cantar, mar antigo a que regresso. Neste cais está arrimado o barco sonho em que voltei. Neste cais eu encontrei a margem do outro lado, Grândola Vila Morena. Diz lá, valeu a pena a travessia? Valeu pois.”¹⁴

O romance histórico português, a partir da primeira década de 2000, é também rico em alusões à temática do mar, dedicando-se especificamente à época dos Descobrimentos. Alguns exemplos são *O Regresso de D. Sebastião* de Maria Moura Botto (2000), *Novas do Achamento do Inferno* de Fernando José Rodrigues (2001), *O Prisioneiro da Torre Velha* de Fernando Campos (2003), *Memórias de Branca Dias* de Miguel Real (2003) ou *O Navegador da Passagem* de Deana Barroqueiro (2008).

O aumento na produção e nas vendas não é um acaso, tendo em conta a situação socioeconómica atual. Neste tipo de literatura o passado torna-se presente através de personagens reais ou fictícias. A legitimação histórica nacional é posta em evidência numa época de desorientação social, tendo os romances uma relação à crítica do social. O romance histórico português, ao narrar histórias da época dos empreendimentos marítimos, descreve um passado que é, simultaneamente, referente ao presente. Por exemplo, em *O Prisioneiro da Torre Velha*, o autor reconstitui o destino de D. Francisco de Melo, cujo julgamento é posto em causa devido a juízes corruptos, o que não está totalmente desligado do escândalo

¹³ Vitorino (1983) “Queda do Império”, *Flor de la Mar*.

¹⁴ José Mário Branco (1982), excerto de “FMI”.

mediático do processo da Casa Pia¹⁵. Miguel Real, em *Memórias de Branca Dias*, questiona o colonialismo e as consequências do poder da Igreja. Trata-se de um romance que acompanha as preocupações contemporâneas sobre o imperialismo e a contribuição do cristianismo para o desaparecimento de certas religiões. *Novas do Achamento do Inferno* narra a viagem de Pedro Álvares Cabral à Índia de uma forma imaginária, mas com um referente real dando poderes encantatórios a personagens históricas reais.

Neste tipo de literatura transparecem certas oposições de interesse atual como o passado e o presente, o Eu e o Outro, ou ainda a vitória e o insucesso das conquistas. Abordando preocupações étnicas e multiculturais, os temas enquadram-se perfeitamente na era da globalização. O sucesso deste estilo literário relativo à época dos Descobrimentos faz ressurgir velhas lendas e mitos profundamente enraizados na alma lusitana. Trata-se de um “reencantamento do mundo” (Maffesoli), o que é algo necessário num contexto de “crise” global e de desencanto existencial. No entanto, o mar em si próprio perde um pouco do seu valor simbólico. A valorização figurativa nestes romances situa-se mais numa “poética das navegações”¹⁶ do que no mar propriamente dito. A mutação de interesse nos diferentes arquétipos da constelação do imaginário marítimo justifica-se pela adaptação constante do Homem ao seu tempo, inspiração proveniente dos acontecimentos histórico-sociais de cada época. No fundo, são as coordenadas temporais que mudam e não as do espaço imaginário.

Um romance que merece também ser mencionado que inclui quase toda a constelação de imagens aquáticas é *O Navegador da Passagem* de Deana Barroqueiro (2008). Nesta obra, o imaginário do mar é explorado de uma forma vivida na primeira pessoa, com os seus nevoeiros repentinos, a fé cristã, a crença na existência da Ilha das Sete Cidades, os tesouros e as especiarias, o medo do abismo do mar, a descoberta de terras desconhecidas e os inexplicáveis desaparecimentos. O protagonista, Bartolomeu Dias, é um personagem real e simultaneamente figura lendária que ilustra a imagem do herói cavaleiresco: honesto, corajoso, modesto, solitário, perdido em romances impossíveis. O comandante reveste os traços de um D. Quixote navegador. O romance apresenta ainda um olhar crítico atual mas de forma contemporânea ao protagonista (Bartolomeu Dias não considera as escravas como seres inferiores) revelando uma evolução na mentalidade portuguesa em relação à importância da história da escravatura. O livro lança um olhar crítico sobre aqueles que eram obrigados a partir, como os judeus, os renegados e os criminosos, e destaca o facto de terem sido eles quem povoaram lugares inóspitos como São Tomé e Príncipe. O romance é também uma reflexão sobre o encontro do Outro e de si mesmo.

Relativamente aos rituais culturais, a presença do imaginário do mar é ainda confirmada nas festas das cidades, vilas e aldeias ribeirinhas e nas estátuas de pescadores e de peixeiras como, por exemplo, em Buarcos no concelho da Figueira da Foz. Aliás, a canção intitulada “Figueira da Foz”, escrita por Nóbrega de Sousa e popularizada pela voz de Maria Clara, descreve as finas areias desta cidade como um “berço de sereias procurando abrigo”. Similarmente, a letra do hino da cidade, “A marcha do vapor”, escrita por António Pereira Correia, faz alusão à imagética marítima:

¹⁵ Esta ideia foi afirmada pelo próprio autor numa entrevista “O livro não é um recado, mas uma reflexão sobre o ato de justiça”. A questão é analisada em detalhe por Clara Vitorino “O quotidiano do alto-mar” in Isabel Capelo Gil (coord.) (2007) *Poéticas de Navegação*. Lisboa: Universidade Católica Editora, p. 51.

¹⁶ Termo utilizado originalmente por Silvina Rodrigues Lopes, título da compilação coordenada por Isabel Capeola Gil, *ibid*.

“A bordo ninguém se teme,
Aqui ninguém se receia,
Que o homem que vai ao leme,
Oiça o canto da sereia.

Sereias da marinhagem
Emudeceram aquela
Soltando à branda aragem
A sua canção mais bela.”

As crenças nos poderes sobrenaturais do oceano são ainda hoje atestadas como o banho santo ao bater da meia-noite durante a festa de São João que se celebra a 24 de Junho no Porto e na Figueira da Foz. A esta cidade acorriam pessoas dos pinhais de Leiria e dos campos do rio Mondego, porque se entendia que o mar “curava de maleitas, quartãs, febres e de toda a doença e malquerer” (Veiga de Oliveira, 1984: 139). É muito provável que a tradição provenha de um culto pagão às forças da natureza da época dos lusitanos, tendo em conta que a festa de São João não é senão uma adaptação cristã da celebração pagã do solstício de Verão.



Banho santo, São João, Figueira da Foz

Nossa Senhora da Boa Viagem continua a ser festejada do dia 15 ao dia 18 de Agosto na Ericeira. Durante esta romaria, o mar e a praia são abençoados. Na realidade, o dia 15 de Agosto é o dia da padroeira dos pescadores de várias cidades portuárias. Em Cascais, na Costa da Caparica e em Armação de Pêra, festeja-se a Nossa Senhora dos Navegantes. No dia 24 de Agosto, festeja-se o dia de São Bartolomeu em São Bartolomeu do Mar (perto de Esposende). Segundo a tradição, o diabo anda à solta neste dia. Por isso, dá-se o banho santo às crianças para exorcizar o medo.

“A procissão segue a caminho da praia e vai até ao cruzeiro que fica no pendor da duna, contornando-a e parando, voltada ao mar. Então o pregador escolhido sobe a um púlpito improvisado, erguido sobre os barracos do sargaço, e profere um sermão cujo tema central é geralmente o mar. Findo o sermão, a procissão retoma a sua marcha pelo mesmo caminho, em sentido contrário, entre foguetes, regressando à igreja, onde termina.” (*Ibid.*: 246).

A imersão nas águas é, na realidade, um mecanismo ritual proveniente de tradições ancestrais. Outra expressão do valor simbólico do mar está presente nas igrejas à beira-mar como, por exemplo, em Nossa Senhora do Lago (perto de Esposende) ou em São Donato (em Ovar). A união entre as comunidades ribeirinhas e os santos padroeiros dos navegantes é bastante forte e constitui uma marca indelével nas crenças populares. A originalidade desta relação com o universo marítimo reside na sua dimensão social pois o perigo e a angústia são partilhados pelos marinheiros que partem e pelas famílias que ficam. Segundo a socióloga Christiane Villain-Gandessi¹⁷, é esta a razão pela qual as comunidades atlânticas partilham uma profunda angústia existencial.

Recordemos mais uma vez a pesca do bacalhau. Até aos anos 1930, os barcos de pesca ao bacalhau partiam em abril e regressavam em setembro. Quando se começou a pescar com arrastões, os pescadores andavam no mar durante o ano inteiro (de janeiro a junho e de julho a dezembro). A partir dos anos sessenta, o ritmo do trabalho aumentou e era frequente os pescadores passarem Natal, Ano Novo e Páscoa no mar alto ou no meio do gelo ártico. Mesmo no século XX, as baixas eram frequentes e, nas palavras do comandante Valdemar Aveiro (2006: 36), “para o luto, que todos os anos visitava várias famílias, a data era sempre a da chegada ao porto de armamento, quando ao fazer-se a contagem dos tripulantes, à medida que iam saindo do navio, alguns não apareciam”.

Se o império ultramarino emergiu com a conquista de Ceuta em 1415, só se desmoronou por completo em 1975. Durante cinco séculos, Portugal foi economicamente dependente do mar. O Estado Novo usou os grandes feitos lusitanos na propaganda salazarista. As gares marítimas de Alcântara e da Rocha do Conde de Óbidos, construídas na década de quarenta do século XX são um dos melhores exemplos. Nelas podemos apreciar os frescos alusivos a motivos marítimos de José de Almada Negreiros como “D. Fuas Roupinho, 1º Almirante da Esquadra do Tejo” (representação do milagre da praia da Nazaré), “Lá vem a Nau Catrineta que tem muito que contar” (a lenda da nau), ou ainda “Quem nunca viu Lisboa não viu coisa boa” (cenários da cidade ribeirinha).

O imaginário hiperbolizado do passado heroico serviu também para justificar as guerras do ultramar e a política colonialista. Consagraram-se heróis como Vasco da Gama ou o Infante D. Henrique. O ensino nacional justificava a tradição autoritária e espiritual.¹⁸ E no fundo, na perspetiva da Sociologia do Imaginário, pouco importou se o Infante Dom Henrique inventou a carta hidrográfica ou se contribuiu ativamente para o desbravar dos mares. O que é verdade é que a sua imagem deu sentido à epopeia da nação.¹⁹

¹⁷ Christiane Villain-Gandessi, “Au Moyen-Âge, le domaine de la peur”, in Alain Corbin e Hélène Richard (2004) *La Mer: Terreur et Fascination*. Paris: Bibliothèque Nationale de France/Éditions Seuil, p. 120).

¹⁸ Veja-se, neste sentido, Moisés de Lemos Martins (1996) *Para uma Inversa Navegação. O Discurso da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento, p. 85.

¹⁹ Veja-se, neste sentido, Michel Maffesoli (1984) *Essais sur la Violence Banale et Fondatrice*. Paris: Librairie des Méridiens, p. 160.

O mar é, por conseguinte, não só uma ligação entre várias culturas mas também entre épocas diferentes. Ou seja, este elemento acusa uma plataforma imaginária que reúne vários espaços e vários tempos. Ao longo das épocas que viemos a analisar, o mar criou um propósito comum, uma “comunidade imaginada” (Anderson, 1989: 34), “um imaginário profundo” (Durand, 1986: 11), pilar edificador do patriotismo português e da consciência nacional.